



Livro eletrônico: uma proposta para a difusão do saber acadêmico¹

Helton Rubiano de Macedo²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

A partir do desenvolvimento dos meios de comunicação propiciado pelo avanço de novas tecnologias, o presente artigo tem o objetivo de propor o aproveitamento desses instrumentos para divulgação do saber produzido pelas universidades. Este trabalho centra-se na mídia livro eletrônico como possibilidade de ação para esse movimento. Dessa forma, apresentamos um breve discurso acerca do livro impresso, da função social das universidades, das características do livro eletrônico, concluindo com a apresentação de questões que levem a reflexão da proposição inicial.

Palavras-chave

Livro eletrônico; Saber acadêmico; Difusão do conhecimento.

Introdução

Somos uma sociedade numérica. Mas não o somos com incrível variedade. Somos apenas “zeros” e “uns”. É assim que o código binário representa todas as informações em sistemas computacionais. Informações navegáveis, tecidas e reabastecidas por meio de uma rede mundial, na qual um fluxo incessante de informações perpassa o cotidiano de milhões de pessoas em todo o mundo. Castells (2006, p. 39) destaca que “uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado”. Trata-se de um período marcado por transformações baseadas em novos modos de produzir e consumir informações, e cujas consequências ainda não podem ser totalmente antecipadas.

Sob esse contexto, desponta, sob novo suporte, uma velha mídia: o livro impresso. Um produto midiático que teve inúmeros usos em sua secular trajetória. Entretanto, para a presente reflexão, destacamos sua função de promover o

¹ Trabalho apresentado na DT 6 – Interfaces Comunicacionais – do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 10 a 12 de junho de 2010, em Campina Grande/PB.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN). Jornalista. Editor de publicações da Editora da UFRN. E-mail: heltonrubiano@gmail.com.



conhecimento gerado nas universidades. Instituições que se utilizam dessa mídia como meio para divulgar o saber científico. E, por isso mesmo, devem estar atentas às mutações ocorridas sobre o suporte físico da mídia, bem como às implicações sobre sua configuração.

Inicialmente, vale adentrarmos brevemente sobre o histórico do livro impresso, a fim de que possamos identificar os primórdios do percurso dessa mídia, a qual se destaca contemporaneamente sob processos de digitalização.

1 O livro impresso

Em meio aos suportes modernos de comunicação, como o rádio, a TV e o computador, o livro apresenta-se como mídia tradicional, mas nem por isso menos eficaz na difusão de conhecimentos. Essa mídia constitui-se em uma codificação estruturada pelo autor da obra, juntamente com profissionais de editoração, cujo objetivo é oferecer ao leitor informações sobre a qual detém conhecimento. Dessa forma, tudo pode ser comunicado pelo livro.

O desejo de imprimir ideias advém desde a antiguidade, e, a partir de então, vem sendo praticado em diferentes formas e por diversos instrumentos. De acordo com Silva (2009, p. 1),

A necessidade humana de registrar os feitos e fatos de sua história ao longo do tempo demandou o desenvolvimento de “técnicas de escrita” e de “artefatos”, nos quais eram feitas as “anotações”. Dentre as técnicas podemos citar a pictográfica, cuneiforme, mnemônica, ideográfica, hieroglífica e a fonética, que se divide em escrita silábica e escrita alfabética.

O livro em seus primórdios era manuscrito e em forma de rolo, produzido com papiro ou pergaminho, cujo manuseio se dava com as duas mãos, bem diferente da forma como se apresenta hoje, estando organizado numa estrutura de cadernos, folhas e páginas (CHARTIER, 1999).

A primeira grande revolução do livro se deu com a invenção da prensa de tipos móveis, pelo alemão Johannes Gutenberg. A máquina permitiu a reprodução de impressos em escala muito superior àquela que as condições da época permitiam.

A invenção da prensa de tipos móveis por Gutenberg, no século XV, revolucionou a produção de livros, causando efeitos positivos na



sociedade da época, como a diminuição do analfabetismo. Mudança cultural significativa verifica-se, também, por causa do novo invento: a igreja perde o poder de (re)produtora e guardiã dos livros (conhecimento) em virtude da Reforma Protestante; o surgimento da “leitura silenciosa” é outro importante fator decorrente da cultura impressa, provocando uma “reforma social” (SILVA, 2009, p. 1).

Para Breton (2002), o livro impresso é um dos maiores representantes das mutações intelectuais e sociais que caracterizou a saída da idade média. Alavancado pela invenção da prensa de tipos móveis, juntamente com o surgimento das ideias de mercantilização e de lucro, o livro impôs-se como instrumento eficaz de comunicação, num formato que durante séculos se apresentou sem alterações substanciais.

Por meio da obtenção da sua capacidade de reprodutibilidade, o livro tornou-se um importante instrumento de registro e transmissão de conhecimentos. É, por isso, largamente utilizado, mesmo depois de séculos da sua invenção, seja para o deleite intelectual, por meio de suas obras de entretenimento (romances, poesias etc.), seja para a obtenção de conhecimento técnico, cultural ou científico, registrado pelos seus respectivos pesquisadores.

Para este trabalho, destacamos que essa mídia, por meio de editoras universitárias, é umas das bases para a divulgação científica, promovendo, assim, o conhecimento gerado dentro das universidades. Conhecer um panorama histórico geral das universidades e compreender sua função social nos auxilia a compreender a necessidade da busca pela difusão do saber.

2 A universidade e o saber acadêmico

As universidades têm origem no continente europeu da Idade Média, território no qual mudanças profundas vinham se constituindo e anunciando rupturas. De acordo com Buarque (1994, p. 19), “a universidade surgiu como contemporânea de uma transição no momento em que a Europa dos dogmas e do feudalismo iniciava seu rumo ao renascimento do conhecimento e à racionalidade científica, do feudalismo ao capitalismo”. Dessa forma, serviu como ferramenta para constituição da nova sociedade, do novo indivíduo, e, conseqüentemente, das novas relações sociais.

Surgida em um período marcadamente importante da história da humanidade, a universidade ainda possui um caráter transformador, tendo o papel permanente de, como diz Buarque (1994, p. 217), “gerar saber de nível superior para viabilizar o funcionamento da sociedade”.



A universidade, incumbida desse papel, vê-se como grande polo gerador de conhecimentos, cuja implantação visa contribuir no desenvolvimento dos diversos níveis da sociedade. É necessário, portanto, que essa produção intelectual encontre vias de promoção, nas quais possa ultrapassar os limites físicos da instituição e alcançar aqueles para os quais suas informações serão de grande relevância.

Atualmente, os conhecimentos gerados nas universidades são divulgados, principalmente, por meio das chamadas editoras universitárias, constituídas como órgãos de extensão das instituições. A edição de impressos no ambiente acadêmico justifica-se pela necessidade de documentar e transferir a produção intelectual, em exigência à função social da universidade.

A editoração universitária, como experiência brasileira, iniciou-se na década de 1960. Algumas editoras nasceram com as universidades, outras evoluíram a partir da experiência das chamadas imprensas universitárias e, somente após alguns anos de produção, criaram seus conselhos editoriais e formalizaram suas atividades com regimentos próprios (BUFREM, 2001, p. 20).

A edição de produtos intelectuais impressos vem, assim, constituir atividade inerente à instituição universitária, pois cumpre a função de divulgar a produção acadêmica. Conforme Bufrem (2001, p. 22) “cabe à editora universitária, pelo privilégio de integrar uma instituição eminentemente crítica, viabilizar o acesso da sociedade ao produto intelectual originado nela ou não, desde que considerado como contribuição para melhoria dessa mesma sociedade”.

Um dos instrumentos de promoção da produção intelectual das universidades no Brasil está na reunião das editoras de instituições de ensino superior na Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), fundada em 02 de setembro de 1987. Entre os objetivos da ABEU estão o de promover o desenvolvimento das editoras associadas e o de contribuir para os processos de produção, comercialização e divulgação do livro universitário. As editoras associadas à ABEU podem, ainda, integrar o Programa Interuniversitário para Distribuição de Livro (PIDL), com o objetivo de divulgar e comercializar os livros produzidos pelos seus membros.

Além dessas formas de organização conjunta, cada instituição conta com o seu aparato de comunicação, seja com outras instituições, seja com a sociedade. A universidade, tida idealmente como instituição independente, firma-se no direito de utilização das mais variadas mídias para divulgação das suas atividades acadêmicas,



incluindo suas produções intelectuais. Entretanto, os veículos de comunicação os quais compõem a mídia de largo alcance estão, geralmente, vinculados a interesses particulares, sejam comerciais, sejam políticos. Dessa forma, a extensão midiática da universidade restringe-se aos curtos limites de veículos nem sempre aptos a promover uma ampla comunicação. Para destacar o papel da universidade inserida num contexto político e social particular, do qual fazem parte relações de poder, e do qual não se pode abster de tomar posicionamento, Silva (2001, p. 303) afirma que

Os acessos ao mundo da cultura são cada vez mais intensamente submetidos a mecanismos alienantes, sem que o Estado assuma qualquer medida no sentido de garantir o acesso efetivamente democrático: pelo contrário, os poderes públicos se fazem cúmplices dos oligopólios midiáticos. A universidade pública é a única instância em que se pode resistir, de alguma maneira e por mais algum tempo, talvez, a este processo que traz na sua própria dinâmica um objetivo destruidor. A universidade pública é a instituição em que a cultura pode ser considerada sem as regras do mercado e sem os critérios de utilidade e oportunidade socialmente introjetados a partir da racionalidade midiática.

Apesar do empenho na implantação de algumas iniciativas, vemos que a promoção do conhecimento acadêmico pode ser potencializada, sem, contudo, desprezar a qualidade da sua produção. Para isso, novas relações sociais, instituídas principalmente pelo advento de novas formas de comunicação, por meio da tecnologia moderna, sinalizam propostas que visam modificar esse quadro. Uma dessas formas é, em nosso entender, o livro eletrônico.

3 O livro eletrônico

As novas formas de intercâmbio de informações se dão através de meios técnicos, criados sob a condição de propiciar ao homem a emissão e recepção de mensagens de forma rápida, segura e eficaz. Em busca de uma definição, Thompson (1998, p. 26) afirma que

O meio técnico é o substrato material das formas simbólicas, isto é, o elemento material, com que, ou por meio do qual, a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor ao receptor. Todos os processos de intercâmbio simbólico envolvem um meio técnico de algum tipo.



As novas tecnologias, propiciadoras da criação dos modernos meios técnicos, unidas à necessidade de difusão da informação, seja qual for sua finalidade, proporcionaram o desenvolvimento daquilo que surge com traços de uma *nova* mídia, capaz de alterar modos de registro, de distribuição, de leitura e de todas as formas de relacionamento entre esses processos e os indivíduos neles envolvidos. Trata-se do livro eletrônico. Conforme afirma Chartier (1999, p. 13), “a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler”.

São visíveis as transformações causadas por essa *nova* mídia. Trata-se, na verdade, do livro com a mesma finalidade de antes. Entretanto, apresenta-se agora em novo suporte, dotado de características únicas, que o diferencia largamente da sua versão impressa. Assim, uma cadeia de processos passa por uma reestruturação. Os indivíduos envolvidos são acometidos pela necessidade de readaptação a uma nova forma de aquisição de conhecimento.

Para além da tecnologia, a economia, a velocidade, a organização do trabalho, o número de pessoas envolvidas, os espaços físicos em que a produção do livro decorre mudaram radicalmente [...] A industrialização e a informatização dos processos, o barateamento dos materiais, da mão-de-obra, dos custos de transportes e do produto final não alteram o essencial da forma do objeto que é o livro [...]. Porém, com a digitalização crescente de textos, imagens, artigos, jornais, revistas ou livros inteiros, o que apenas podia ser lido na forma impressa pode agora, complementarmente ou em alternativa, ser lido numa tela de computador, seja pela Internet, em um CD-ROM, ou em outro aparelho que permita a leitura em suporte digital (BELO, p. 18).

Devido ao seu surgimento recente, o livro eletrônico carece de uma definição acabada. Entretanto, as possíveis divergências conceituais não tiram a importância do seu estudo. Nesta pesquisa, podemos adotar a definição de Gama Ramírez (2006, p. 12 *apud* VELASCO; ODDONE, 2007, p. 3), que afirma:

[...] O livro eletrônico se refere a uma publicação digital não periódica, quer dizer, que se completa em um único volume ou em um número predeterminado de volumes e que pode conter textos, gráficos, imagens estáticas e em movimento, assim como sons. Também se nota que é uma obra expressa em várias mídias (multimídia: textos, sons e imagens) armazenadas em um sistema de computação.



Alguns autores investigam o percurso histórico do livro eletrônico traçado até os dias atuais. Essa mídia, como todas as demais, também passa por processos de aperfeiçoamento. Silva (2009, p. 2) registra duas fases para o livro eletrônico, a saber:

A primeira, quando a tecnologia do hipertexto passou a ter larga difusão e emprego na elaboração de textos produzidos na e para a Internet. A segunda fase, quando do surgimento dos *devices*, aí sim, uma alusão clara e indiscutível ao livro impresso, e por isso mesmo, vencendo barreiras que o hipertexto não conseguiu transpor (ex.: a portabilidade), pois ainda não conseguiu se desvencilhar da matéria (PC) apesar de produzido em bits.

Por se tratar de uma mídia sob novas configurações, o livro eletrônico encontra alguma resistência para o seu uso em larga escala. Entretanto, é considerado que os indivíduos necessitem de certo período até que se acostumem com as mudanças. “Invenções como o telefone, a ferrovia e a imprensa de Gutenberg são exemplos de inovações que incomodaram, alteraram comportamentos informacionais e, no final, se tornaram indispensáveis ao desenvolvimento da cultura e da ciência” (VELASCO; ODDONE, 2007, p. 2).

De modo a aproximar a experiência da leitura de livros eletrônicos a da leitura tradicional, atualmente, surgem a cada dia novas tecnologias na produção de aparelhos chamados de leitores eletrônicos (*e-readers*). No final dos anos 1990, surgiram as primeiras versões, como o pioneiro SoftBook. Entretanto, tratavam-se de tecnologias precárias, pesavam mais de 1 quilo, e se conectavam de modo rudimentar a um banco de dados com poucas opções de títulos. Em fevereiro de 2009, a empresa americana Amazon lançou o Kindle 2.0, aparelho com espessura de 9,1 milímetros e com peso de 292 gramas capaz de reunir 1.500 livros. Em março de 2010, a empresa Apple lançou o iPad, equipamento de 1,3 centímetro de espessura, tecnicamente definido com um *tablet*, uma espécie de prancheta eletrônica, a qual reproduz conteúdos multimídia, que combina sons, imagens (vídeo ou fotos) e textos (RYDLEWSKI, 2010).

4 O livro eletrônico e a universidade: uma proposta

A reflexão desse artigo centra-se na identificação de pontos próprios do livro eletrônico a partir dos quais podemos proporcionar um incremento na difusão do conhecimento produzido nas universidades. Devemos, para tanto, ultrapassar a simples investigação caracterizadora dessa mídia, destacando suas potencialidades, e, assim,



dedicando-lhe função na qual se torna instrumento para tessitura de novas relações entre um grupo social e sua produção intelectual especializada. Trata-se de uma proposição na qual um meio técnico permite a comunicação de saberes entre públicos qualificados.

O fomento a essa mídia, com o objetivo de proporcionar um desenvolvimento na difusão do saber acadêmico, mostra-se, assim, como alternativa à publicação de livros acadêmicos no Brasil. Vale salientar que o livro eletrônico é, também, devido à maneira como rompe com os conceitos de espaço e tempo, um instrumento para ampliar o alcance da produção intelectual, fazendo-a ultrapassar fronteiras e conectando interlocutores para o debate e aperfeiçoamento na construção do conhecimento nas universidades. Dessa forma, a partir do uso crítico da mídia, e, portanto, fazendo uso dela segundo interesses sociais, adotamos o livro eletrônico como ferramenta a serviço da difusão do saber científico.

Em vista dessa apropriação, a discussão torna-se necessária a fim de que a mídia livro eletrônico possa ser direcionada para o desenvolvimento social. Pelo já exposto, verifica-se que as contribuições para esse desenvolvimento estão, indubitavelmente, em larga escala, dentro das instituições de ensino superior.

Por meio do uso da tecnologia para difusão da produção acadêmica, estaremos ampliando a função social já praticada pelas universidades. Além disso, distanciamos da discussão sobre a mediocridade dos produtos midiáticos e nos aproximamos do debate acerca de uma politização da mídia, capaz de incentivar, verdadeiramente, o uso da mídia para fins sociais.

Vale destacar que o livro impresso é, desde seu surgimento, uma forma eficaz de divulgar a produção intelectual fruto do trabalho de professores, pesquisadores e estudantes. Entretanto, é visto que o alcance dessa mídia é restringido pelo surgimento da cultura de massas. Sobre isso, Belo (2002, p. 19) afirma que

Na era da televisão e da cultura de massas, primeiro, e agora do computador, o livro e a leitura estariam perdendo sua influência tradicional, o que teria consequências negativas para a aquisição de conhecimentos e para a cultura. É assim, num mundo de rápidas mudanças que provocam receios mais ou menos fundamentados, que uma vasta discussão sobre o futuro do livro está em curso há alguns anos, envolvendo políticos, editores, economistas, bibliotecários, juristas, filósofos, sociólogos e outros interessados no tema.

A discussão citada por Belo pode, sem dúvida, ser orientada a favor da construção de um modelo de mídia, que hoje se encontra em seus primeiros passos,



capaz de posicionar-se não apenas como meio de entretenimento, mas que possa, além disso, ser uma forma de transmissão de conhecimentos relevantes ao desenvolvimento da sociedade em suas diversas áreas.

Considerações finais

Pelo apresentado até então, e com o objetivo de constituir uma problemática a partir da qual possamos pensar a apropriação da tecnologia de produção de livros eletrônicos de modo a contribuir no aprimoramento do papel das universidades, propomos algumas questões para discussão, a saber: a) Que instrumentos podem ser utilizados para que o livro eletrônico possa assumir a função de mídia de destaque para a difusão da produção intelectual originada nas universidades?; b) De que forma a comunidade acadêmica pode preparar-se para o aproveitamento dessa mídia?; c) Quais as contribuições que podem ser dadas ao aperfeiçoamento do livro eletrônico, enquanto mídia, para o cumprimento pleno da sua função?; d) Quais impactos sociais/ambientais/políticos gerados pelo uso do livro eletrônico e quais medidas devem tomadas para que esses impactos possam ser contornados?

Os objetivos dessa discussão se resumem, portanto, em apontar o livro eletrônico como mídia de destaque para a difusão do conhecimento gerado nas universidades, inserindo-o na pauta de produções das editoras universitárias. Vale destacar que não se trata de defender o abandono da prática da edição de livros impressos, mas sim, de elevar as potencialidades do meio digital a partir da enumeração das suas vantagens à frente da forma tradicional de publicação de livros.

Dessa forma, torna-se imprescindível elaborar um modelo de edição de livros eletrônicos, com o intuito de definir as atividades constituintes do processo de produção dessas mídias, bem como identificar, e se necessário qualificar, os profissionais envolvidos. É também evidente a necessidade de dotar as instituições produtoras de livros eletrônicos de plataformas de distribuição desses produtos, ambientes virtuais sobre os quais se dará o acesso às essas mídias, espaços inteligentes que contribuam para a difusão do conhecimento sob suportes digitais.

Propomos, dessa forma, ações que, orientadas sob reflexões solidamente fundamentadas, possam colaborar com a função de promotora do conhecimento atribuída às universidades. Pensamos que, desse modo, estaremos fazendo uso racional da tecnologia em benefício de uma coletividade, que, apesar de restrita em meios acadêmicos, pode ser multiplicadora de saberes sobre os quais se alicerçam o



desenvolvimento de toda uma sociedade. Serão válidos, portanto, todos os esforços para que a tecnologia, propiciadora da sociedade globalizada, a sociedade em rede, possa estar intencionalmente aliada à difusão do conhecimento por meio das convulsivas autoestradas da informação.

Referências

BELO, André. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. *Sociologia da Comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 39-50.

BUARQUE, Cristovam. *A aventura da universidade*. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BUFREM, Leilah Santiago. *Editoras Universitárias no Brasil: uma crítica para reformulação da prática*. São Paulo: Edusp, Com-Arte; Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 1999.

RYDLEWSKI, Carlos. Escrito em bits. *Época Negócios*, n. 37, mar. 2010.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 42, 2001, p. 295-304. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a15.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2009.

SILVA, Luiz Otávio Maciel da. *O livro eletrônico: mudando paradigmas*. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/78.a.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. Wagner Oliveira Brandão. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

VELASCO, Juliana; ODDONE, Nanci. *O livro eletrônico na prática científica: estratégia metodológica*. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 28 a 31 out. de 2007, Salvador-BA. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT7--069.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.